

Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação

**PROCESSO N°.....:** 2526/2019 **PROJETO DE LEI N°.:** 34/2019

AUTOR..... Vereador Wanderson Marinho

ASSUNTO.....: Altera e acrescenta a Lei nº 8.376 de 29 de novembro de 2012 que dispõe sobre o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a mulher atendida em serviço de urgência e emergência pública e privada bem como na rede básica de atendimento do Município de Vitória.

# REDAÇÃOFINAL

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO na forma do Art. 61, inciso IV da Resolução nº 1.919/2014, sobre o Projeto de Lei nº 38/2018, de autoria do Vereador Vinícius Simões.

#### I - RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Wanderson Marinho, que altera e acrescenta a Lei nº 8.376 de 29 de novembro de 2012, que dispõe sobre o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a mulher atendida em serviço de urgência e emergência pública e privada, bem como na rede básica de atendimento do Município de Vitória.

Em sua justificativa, o vereador alega que a finalidade da proposição legislativa é atender a reivindicação do movimento acerca da necessidade do serviço social e dos equipamentos públicos ligados a assistência social para assumirem também como sua responsabilidade a atenção à mulher em situação de violência.

Em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer pela constitucionalidade e legalidade da matéria, condicionado à emenda modificativa de fls. 23, 24 e 25 de autoria do vereador Vinícius Simões.

Ademais, aprovada nas comissões temáticas. É o que cumpre relatar. Passo a redação.

Palácio Atílio Vivacqua, 31 de O tubro de 2019.

Mazinho dos Anjos Vereador - PSD



Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação

## PROJETO DE LEI 34/2019

Altera e acrescenta a Lei nº 8.376 de 29 de novembro de 2012 que "dispõe sobre o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a mulher atendida em serviço de urgência e emergência, pública e privada, bem como na rede básica de atendimento, no Município de Vitória.

Art. 1°. Os artigos 1° e 2° parágrafo único; 3°; parágrafo único do art.4° e 5° da Lei 8.376, de 29 de novembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1°. Fica criado o procedimento de Notificação Compulsória da violência Contra a Mulher atendida em serviço de urgência, emergência, pública e privada, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Cajun's, Conselhos Tutelares e Centro de Referência e Atendimento à mulher em situação de violência (CRAMSV), bem como a rede básica de atendimento, no Município de Vitória.

(...)

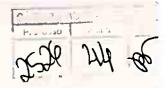
Art. 2°. Os serviços de saúde, públicos e privados, que prestam atendimento de urgência e emergência, bem como a rede básica de atendimento e os equipamentos públicos municipais ligados ao Sistema Único da Assistência Social, serão obrigados a notificar em formulário oficial, todos os casos atendidos e diagnósticos de violência contra a mulher, tipificados como violência física, sexual, patrimonial, psicológica e moral no âmbito doméstico.

Parágrafo Único. O preenchimento da notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher será feita por profissional de saúde ou assistencial que realizou o atendimento.

Art.	20		
		**************************************	

- I Violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
- II Violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a





Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação

comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao abordo ou à prostituição mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ao anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

III - Violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

IV - Violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e pertube o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância, constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

V - Violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Art.	4°.			·	
_ • •					
	т-		` .	.,	
	. <del>-</del> Тт			′	
	TT				
	TV				
	v-				

Parágrafo Único. A Notificação Compulsória da Violência Doméstica Contra a Mulher deverá ser preenchida em quatro vias, ficando Arquivo Especial da Violência Contra a Mulher da instituição de saúde ou do equipamento da Assistência Social que prestou o atendimento, uma será encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde ou a Secretaria Municipal de Assistência Social para servir como base de dados, outra será encaminhada mediante autorização expressa da vítima à autoridade policial competente em se tratando de crimes que dependam de representação ou senão para os casos de crimes de ação pública incondicionada será obrigação de quem fizer o atendimento notificar a autoridade policial, garantindo o sigilo das informações pessoais integrantes da notificação que estejam sob sua responsabilidade.



Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação

Art. 5°. A instituição de saúde, pública ou privada e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência social (CREAS), Cajun's, Conselhos Tutelares e Centro de Referência e Atendimento à mulher em situação de Violência (CRAMSV), deverão encaminhar bimestralmente à Secretaria Municipal de Saúde (Semus) ou Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e também Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (Semcid) relatório dos atendimentos realizados, contendo:

I-	,	,.	*** *** *** *** ***	 *** *** *** ***	 	 			*** *** *** *** *** *** ***
					 	 	*** *** *** *** ***	· ··· <i>··· ··· ·</i> ··· ··· ··· ··· ·	** *** *** *** *** *** ***
ΙI									
	-		***************************************	 *** *** *** *** *** *	 	 ••• ••• ••• •••			

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivácqua, 23 de Agosto de 2019.

Mazinho dos Anjos

Vereador - PSD

Matéria: Projeto de Lei nº 34/2019

Reunião:

36º REUNIÃO DA COMISSÃO DE C.JUSTIÇA

Data:

14/11/2019 - 13:16:20 às 13:17:22

Tipo:

Nominal

Turno:

Ata

Quorum:

Total de Presentes: 3 Parlamentares

N.Ordem Nome do Parlamentar Mazinho dos Anjos 32 Roberto Martins 34 Sandro Parrini 28

Horário Voto Partido 13:17:12 **PSD** Sim 13:17:07 PTB Sim **PDT** Sim

13:17:10 TOTAL

3

Camara Municipal de Vitória

Totais da Vota ão :

NÃO SIM 0 3

SECRETARIO



## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ao Del, Para extração de Avulso da Redação Final.

> Em 14/11/19 DEL/SAC